



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 57
Processo Nº 2023	Rubrica

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

Pregão Presencial n.º 002/2023

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**, situada à **Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Parque Santo Amaro, Telefone n.º (22) 98175-2073 / 98175-0911**, através da **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o **n.º 002/2023** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 24 de outubro de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.


1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1- Formulário de Proposta e Planilha de Formação de Preços- Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de acesso a internet de alta velocidade com IP válido e fixo, para atender as necessidades das unidades institucionais que compõem a estrutura física da Fundação Municipal da Infância e da Juventude -FMIJ**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.


Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.
- 3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.
- 3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.
- 3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia simples**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a

ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia simples do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código

Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal

declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **“PROPOSTA” - “DOCUMENTAÇÃO”**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de “proposta” e “documentação”. Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia simples do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.



Comissão Permanente	Fls.
Licitação	Rubrica
Processo Nº	

63

7.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

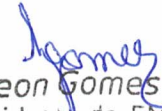
7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;


Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



Comissão Permanente de Licitação	Fis. 64
	Rubrica
Processo nº	

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41328

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 066
Assinatura	
Processo nº 2023.044.000074-4-PR	

- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Leor Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública,



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 68
Processo nº	

para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

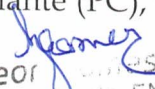
Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n.º 8.768/17.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível


Leor
Presidente da FMIJ
Matr. 41328

a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela

instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 12 do Termo de Referência - Anexo VII.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia simples por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto

no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9.3- Os recursos e contrarrazões recursais poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.14.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da



Comissão Permanente de Licitação	Fis
de	Publica
Processo Nº	72

infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no serviço** objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código correspondente, relativo ao Programa de Trabalho n.º 08.243.0097.2437.0000, pela Natureza de Despesa n.º 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo total para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar os serviços de acordo com especificações do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Parque Santo Amaro - Campos dos Goytacazes/RJ, das 09 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 210.293,16 (duzentos e dez mil, duzentos e noventa e três reais e dezesseis centavos).**

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional após apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, conforme cronograma de execução previsto no item 14 do Termo de Referência.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da Contratante será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o

requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

16.6- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, será aplicado como índice o IPCA.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação Processo Nº	Fls	75
	Rubrica	

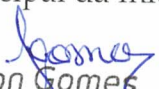
Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 04 de julho de 2023.

Leon Gomes
Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude


Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41328



Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificação do Termo de Referência).	QUANT	UND	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
1	Prestação de serviços continuados de acesso a internet de alta velocidade com IP válido e fixo, para atender as necessidades das unidades institucionais que compõem a estrutura física da FMIJ.	12	MÊS		
Preço total por extenso:					

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial n.º 002/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial n.º 002/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 11
Assinatura	

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE E A EMPRESA
_____.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, com sede na Avenida Rui Barbosa, n.º 553 - Lapa - Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor _____, Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE N.º 002/2023**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2023.044.000074-4-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de acesso a internet de alta velocidade com IP válido e fixo, para atender as necessidades das unidades institucionais que compõem a estrutura física da Fundação Municipal da Infância e da Juventude -FMIJ, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 78
Processo nº	Rubrica

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n.º **2023.044.000074-4-PR** e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º **002/2023**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Comissão Permanente de Licitação	#15
Rubrica	79
Processo	002/2023

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, conforme item 11 do Termo de Referência, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.


Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 80
Processo Nº	Rubrica

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução do objeto deste contrato será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 002/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º **2023.044.000074-4-PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Contratada:

Testemunhas:


Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fis 82
	Rubrica
Processo nº	

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

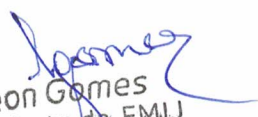
Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade n.º e CPF sob o n.º
....., a participar da Licitação instaurada pela **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 002/2023**, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
....., bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa


Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 83
Rubrica	YACAZES
Processo Nº	

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial n.º 002/2023

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 84
	Rubrica
Processo nº	

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR
Data: 04/07/2023

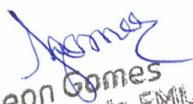
Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa) CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa


Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41328

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO


Ref.: Pregão Presencial n.º 002/2023

.....(razão social do licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

Representante legal da empresa


Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41328



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Pregão Presencial n.º 002/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 86
Processo Nº 2023.044.000074-4-PR	Rubrica

Processo n.º 2023.044.000074-4-PR

Data: 04/07/2023

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 87
Processo Nº	Rubrica

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/02, tem por objeto determinar as condições que disciplinaram a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ACESSO A INTERNET DE ALTA VELOCIDADE COM IP VÁLIDO E FIXO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES INSTITUCIONAIS QUE COMPOEM A ESTRUTURA FÍSICA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE- FMIJ**, um serviço de proteção social que compreende 09 (nove) Unidades Institucionais de Acolhimento, em pleno funcionamento, que acolhem em média, 130 crianças e adolescentes, mensalmente; assim como a demanda da Sede da FMIJ, dos Conselhos Tutelares (I, II, III, IV, V), da Central de Regulação de Vagas e Supervisão Técnica e o Programa Fortale-Ser, com todos os seus respectivos setores administrativos. , **PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES**.

1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, que será aferido pelo critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme condições deste Termo de Referência:

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE-FMIJ** constitui-se em uma entidade de direito público, pertencente ao Poder Público Municipal e responsável pelo exercício do controle administrativo, financeiro e operacional **FMIJ** do Município de Campos dos Goytacazes. Sua estrutura é composta de 09 (Nove) Unidades Institucionais de Acolhimento, em pleno funcionamento, que acolhem em média, 130 crianças e adolescentes, mensalmente; assim como a demanda dos Programas da Sede da FMIJ, dos Conselhos Tutelares (I, II, III, IV, V), da Central de Regulação de Vagas e Supervisão Técnica e o Programa Fortale-Ser

2.2. A Fundação na busca pela qualidade dos serviços prestados por suas unidades assistenciais citadas acima, demonstra a preocupação com o devido atendimento eficaz aos pacientes assistidos em sua rede, buscando sempre por melhora no atendimento e na assistência aos pacientes seja constante.

2.3. Considerando que a estratégia da gestão da FMIJ do município de Campos dos Goytacazes é buscar fazer dos Equipamentos Institucionais de Acolhimento do nosso município, em procedimentos de baixa, média e alta complexidade, melhorando cada vez mais nossos resultados e reduzindo os custos.

2.4. Considerando que vivemos em um mundo cada vez mais conectado nas redes de comunicação de dados. Diariamente, mais e mais recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, as TICs, são inseridas na vida das pessoas

Leandro Gomes
Diretor de FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Gerente de Compras- FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 88
	Rubrica
Processo Nº	

20

em todos os sentidos e segmentos, desde para o desenvolvimento de atividades de lazer, até para estudos, capacitações e atividades profissionais. Hoje, consultas, chamados, solicitações de atendimentos, entre outras diversas questões são realizadas virtualmente com o suporte dos recursos computacionais, das redes de comunicação de dados e da internet. Diversos são os softwares, sistemas, serviços e aplicações que, hoje, rodam, executam e são acessados diretamente na internet, sendo as pessoas que fazem uso destes designadas como clientes e os sistemas a serem acessados armazenados em qualquer lugar do mundo que tenha conexão com a rede mundial de computadores, a internet, muitos designados como servidores, acesso à nuvem ou ciberespaço.

2.5. Considerando à grande necessidade de recursos tecnológicos, é de vital importância que todos os órgãos, empresas, instituições públicas ou privadas, onde há uma crescente evolução tecnológica de equipamentos, softwares e sistemas para melhor atendimento à população, principalmente para que os Equipamentos Institucionais de Acolhimento, disponham de todos os recursos necessários, incluindo os recursos e serviços de acesso à internet, recursos computacionais e demais ferramentas das TICs para o provimento adequado, eficaz e eficiente dos seus serviços e na realização dos seus atendimentos, atividades e ações pertinentes à sua missão e objetivos.

2.6. Considerando a rede atual de dados, física e lógica, que compõe todo o sistema de interconexão de dispositivos computacionais das unidades, tendo em vista os problemas que se apresentam devido ao mau estado de toda a rede e infraestrutura, com um sistema de interconexão antigo e fora dos padrões e normatizações nacionais e internacionais que regem um sistema de infraestrutura de cabeamento estruturado, que afeta diretamente todas as atividades dependentes de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, do acesso às redes, à internet e aos serviços e aplicações corporativas que demandam tráfego de dados, compartilhamento de informações e recursos, e principalmente os travamentos e lentidão na visualização dos arquivos armazenados pela equipe Técnica, faz-se necessário que seja feita a adequação dos racks, backbones e pontos de rede dos dispositivos de geração, substituição do cabeamento antigo Cat5 e ou anterior para cabeamento Cat6 ou superior em pontos utilizados pelos servidores, equipamentos de geração, transmissão, edição e visualização de imagens como: CRs, Workstations e demais ativos que compõem a rede. Ampliação da rede lógica, demanda interna de setores e unidades, onde foram instalados switches pequenos para ampliação de pontos de rede, como paliativo à falta de material e/ou equipamentos para execução do serviço adequado e para instalação dos telefones VoIP e demais dispositivos de rede os quais necessitem estarem conectados à rede lógica, justificam a necessidade dessa contratação.

3. DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de 20 (vinte) links dedicado de internet de alta velocidade com IP público válido e fixo para cada ponto instalado, velocidade mínima de download de 100 Mbps mais transporte de dados e interligação entre os 20 pontos com ponto principal na sede da FMIJ e os demais nas Unidades de Institucionais, Vide endereço de instalação no Anexo I.II e III.	MENSAL	12

Leon Gomes
Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis
	Rubrica
Processo Nº	

89
150

4. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa está interposta pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, consideramos oportuno estabelecer o seguinte: A Fundação Municipal de Saúde, no exercício de suas funções, vem demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados, podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação de acordo com a conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(...)
Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:
I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(...)

O que se observa, é que a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Municipal nº 8.768/17 visam ampliar a participação das ME/EPP no campo licitatório, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, principalmente em licitações de grande vulto. Desta forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame, tais como: competitividade; economicidade e eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração", de acordo com o expresso no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Portanto justifica-se a NÃO REALIZAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E DE COTAS RESERVADAS neste processo de licitação visto que tal prerrogativa, no caso em questão, a divisão poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO

- 5.1. Os serviços deverão ser prestados mediante recebimento de Nota de Empenho e/ou contrato a ser emitido, indicando a descrição, quantidade e preço, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência.
- 5.2. **Do local da prestação de serviço:** Todos os serviços devem ser executados e/ou instalados nos locais indicados nos **Anexos I, II e III** deste termo;
- 5.3. No caso de instalação, a mesma deverá ser programada junto ao TI da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, com no mínimo 01 (uma) semana de antecedência através do telefone 98168-9100 ou através do e-mail: comprasfmiij@gmail.com e deverão ocorrer de segunda a sexta-feira das 08 às 12 e das 13 às 16 horas, exceto feriados e pontos facultativos.
- 5.4. A licitante vencedora terá o prazo de até **15 (quinze) dias** corridos para iniciar a prestação dos serviços, a partir do recebimento da Nota de Empenho assinada por servidor responsável;
- 5.4.1. Em casos excepcionais a Contratada poderá solicitar, formalmente e devidamente justificada a prorrogação do prazo, cabendo a Contratante a autorização formal do pleito.

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 90
	Assinatura

22

5.5. Caberá ao órgão solicitante o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas;

5.6. No momento da execução, a empresa vencedora deverá esperar pela conferência e/ou teste, no que diz respeito à quantidade, qualidade, e especificações constantes neste termo, sendo que eventuais trocas, reinstalações ou complementações deverão ser feitas no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, sempre em acordo com a anuência da Administração Municipal;

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. O critério de aceitação e classificação das propostas será pelo Menor Preço Global da solução completa apresentada;

6.2. Nos preços propostos deverão ser incluídos todos os custos e encargos para o fornecimento e desenvolvimento do trabalho, não cabendo a contratada reclamações ou alegações de que algum componente ou fator foi omitido, ou algum empecilho não considerado.

6.3. Os preços deverão ser detalhados por valor mensal;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Executar os serviços decorrentes desta contratação na forma, condições e prazos determinados neste instrumento;

7.1.2. Fornecer softwares e demais materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho durante o período deste até a sua conclusão e entrega;

7.1.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos inerentes ao desenvolvimento do trabalho e serviço contratado;

7.1.4. Responsabilizar-se, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, por todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto do Contrato, devendo estar incluídas nos preços propostos todas as despesas com materiais, equipamentos, mão-de-obra, custos diretos e indiretos, dispositivos ou processos patenteados na elaboração dos serviços prestados;

7.1.5. A contratada deverá propiciar todas as facilidades indispensáveis à fiscalização da entrega do serviço;

7.1.6. A contratada deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento do serviço contratado;

7.1.7. Cumprir os prazos previstos no contrato e no Termo de Referência;

7.1.8. Prestar os serviços dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade;

7.1.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do desenvolvimento do trabalho;

7.1.10. Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana;

7.1.11. Suporte e garantia total à largura de banda contratada;

7.1.12. Fornecimento de endereço IP público e fixo em cada ponto disponibilizado;

7.1.13. Suporte técnico para o link a ser prestado em horário de expediente das unidades com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado;

Leon Gomes
Presidente da FMJ
Matr.: 41329

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 91
	Rubrica

23

- 7.1.14. A empresa deve possuir outorga da Anatel para explorar serviços SCM;
- 7.1.15. Cada ponto disponibilizado deverá possuir conexão dedicada, exclusiva e permanente desde o provedor de serviço de internet até o ponto instalado dentro dos locais indicados pela FMIJ;
- 7.1.16. Provimento de meio de transmissão para o enlace que seja imune a interferência eletromagnética até o ponto de conexão;
- 7.1.17. A contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço;
- 7.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se por toda a infraestrutura necessária, assim como ajustes e alterações nas instalações físicas nas dependências da contratante até o local estipulado onde ficará o ponto de acesso à internet;
- 7.1.19. Todos os equipamentos a serem fornecidos pela contratada para o enlace físico e lógico de dados até a disponibilização ativa do ponto de internet são responsabilidade da contratada e, em caso de defeitos, a contratada será responsável pela substituição dos mesmos em, no máximo, duas horas após a abertura do chamado;
- 7.1.20. Em caso de manutenção preventiva ou necessidade de qualquer outra manutenção no circuito do enlace de dados, assim como qualquer manutenção, serviço ou problema que impacte o fornecimento do acesso à internet para qualquer um dos pontos contratados, deverá ser informado para a FMIJ com, no mínimo, 5 dias úteis;
- 7.1.21. Em caso de indisponibilidade dos links causadas por defeitos nos materiais, rompimentos de cabeamento ou outros problemas de natureza física, os links deverão ser restabelecidos em, no máximo 04 horas;
- 7.1.22. Deverá ser disponibilizado, durante a vigência do contrato, telefone que possibilite contato para atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana, que atuará como central de atendimento das ocorrências e, toda solicitação efetuada deverá ser protocolada e informada numeração única de atendimento para acompanhamento da mesma;
- 7.1.23. Caso haja mudança de qualquer endereço por parte da contratante, fica a contratada obrigada a prover a mudança do ponto de internet para o novo endereço sem qualquer custo adicional e respeitando os apontamentos anteriores aqui feitos.
- 7.1.24. Comprovação emitida pelos endereços eletrônicos <https://bgp.he.net/> e https://en.wikipedia.org/wiki/Tier_1_network#List_of_Tier_1_networks de que o licitante tem na composição de sua estrutura de acesso à internet, pelo menos 02 upstreams diretamente conectados, todos devidamente acompanhados de contratos ou declarações assinadas pelas empresas (Operadoras), devendo ainda possuir conexão direta a pelo menos 2 PTT/IX nacionais. Tais exigências garantem um nível seguro de estabilidade entre as unidades e a internet, uma vez que não basta garantir redundância dupla da Fundação até o prestador de serviço, se do prestador de serviço para a rede mundial de computadores também não houver garantia de acessos distintos e redundâncias. De maneira clara, a exigência deste item se faz necessária para comprovar que o eventual prestador de serviço tem conexões nacionais e internacionais por pelo menos 2 vias garantidas, para, de maneira similar ao que se exigiu para fins de redundância da Fundação até o prestador, agora também garantir que do prestador de serviço para com os conteúdos nacionais e internacionais que compõem a grande rede mundial de computadores, também se garanta a tão necessária redundância.
- 7.1.25. Comprovação de que a licitante detém autonomia quanto a endereçamentos de rede. A comprovação de que trata este item se dará através da conferência de endereço IP fornecido pela Licitante junto ao Registro.br, que é o Departamento responsável pela distribuição de endereços IPv4 e IPv6 e de números de Sistemas Autônomos (ASN) no país, departamento, este, vinculado ao NIC.br — Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que desde dezembro de 2005 implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil. A conferência se dará por meio de comprovação de consulta apresentada pela proponente emitida na página da internet do Registro.br, dentro da área de tecnologia, na parte denominada "ferramentas", mais precisamente no "Serviço de diretórios whois", no seguinte link: <https://registro.br/tecnologia/ferramentas/whois/>
- 7.1.26. A comprovação de que trata o item 12.7 também se justifica e se fundamenta na segurança e confiabilidade do tráfego de informações da PMCG, bem como atende aos parâmetros estabelecidos no Marco Civil da Internet, que em seu

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr. 41328

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de	Fls. 92
de	Rubrica
Processo Nº	

corpo traz obrigações específicas, tais como viabilidade de identificação de usuário, o que somente é possível se aquele que estiver provendo o acesso detiver autonomia quanto a endereçamentos de rede.

7.1.27. Receber os valores que lhe forem devidos pela Prestação de Serviço, na forma disposta neste Termo de Referência.

8. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 8.1. Requisitar a prestação de serviço, na forma prevista neste Termo de Referência;
- 8.2. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- 8.3. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;
- 8.4. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto do contrato;
- 8.6. Avaliar, previamente os itens apresentados pela empresa a ser contratada, observando se os itens atendem às demandas da Fundação;
- 8.7. Acompanhar e fiscalizar a entrega do relatório e projeto final;
- 8.8. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada durante a realização dos trabalhos, fixando prazo para a sua correção;
- 8.9. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as suas cláusulas, especificações e observações indicadas no presente instrumento;
- 8.11. Suspender o pagamento da nota fiscal ou fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da contratada, até a sua completa regularização;
- 8.12. Verificar a conformidade da prestação do serviço contratado de acordo com a descrição constante deste Termo de Referência, bem como os prazos de execução e qualidade dos produtos entregues;
- 8.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o resultado dos trabalhos contratados que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, caso seja constatada não conformidade dos serviços com o descrito neste Termo de Referência;

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste termo de referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente;
- 9.2. O Valor médio total estimado para cobrir as despesas é da ordem de R\$ 147.960,00 os recursos previstos no Orçamento Geral da FMIJ, para o presente exercício.

- Programa de Trabalho: 08.243.0097.2437.0000
- Natureza das Despesas: 3.3.90.39
- Fonte: 1.33
- Ficha: 1501

Leon Gomes
Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 93
	Hrubrica
Processo Nº	

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 10.1. O prazo de vigência do presente processo será de **12 (doze) meses**, e iniciar-se-á a contar da publicação do contrato.
- 10.2. O processo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até que se completem **48 (quarenta e oito) meses**, por se tratar de serviço de natureza continuada, desde que haja interesse da Administração e concordância da CONTRATADA, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

11. DA PROPOSTA

- 11.1. A Proposta de Preços deverá conter:
- 11.2. O valor unitário e total em moeda nacional, sendo em algarismo e por extenso, sendo aceita até 02 (dois) casas decimais após a vírgula;
- 11.3. A indicação do objeto ofertado com todas as especificações descritas no presente Termo, para fins de controle de qualidade;
- 11.4. A validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 11.5. Os preços cotados já deverão ser considerados todas as despesas com tributos, transportes e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Termo, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;
- 11.6. Dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço, e-mail, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento, telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento.
- 11.7. As propostas de preços deverão ser elaboradas de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como ser devidamente assinada pelo licitante, ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas. Recomenda-se que todas as páginas numeradas sequencialmente.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.1. As empresas deverão apresentar junto ao envelope de habilitação, os seguintes documentos:
- 12.2. As LICITANTES deverão apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, a ser (em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado se privado, com firma reconhecida, em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão das licitantes para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência pleiteado.
- 12.3. Prova de possuir no seu quadro funcional, na data da realização desta licitação, profissionais de nível superior devidamente registrado Conselho Regional de Engenharia - CREA, demonstrando sua aptidão para ser responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com objeto desta licitação, conforme sua formação e registro. A comprovação de que o Responsável Técnico é vinculado à licitante deverá ser feita através de cópia de sua ficha de registro de empregado, da Certidão de Registro do CREA, do contrato particular de prestação de serviços, do contrato de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o profissional qualificado.
- 12.4. Apresentação de documentação que comprove a autorização e/ou concessão da Agência Reguladora dos Serviços de Telecomunicações (ANATEL) para a exploração de Serviços de Comunicação Multimídia-SCM, tendo como área de abrangência do serviço o território nacional.

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 94
	Rubrica

- 12.5. Certidão de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia - CREA, que habilite a empresa nos ramos de engenharia, compatíveis a execução do objeto deste termo, no ramo de engenharia de telecomunicações.
- 12.6. A licitante deverá apresentar declaração formal que cumpre, junto a seus funcionários a serem designados como equipe técnica para esta contratação, com as normas técnicas do Ministério do Trabalho NR10 (procedimentos de segurança para trabalhadores em instalações elétricas) e NR35 (procedimentos de segurança para trabalhadores que atuem em alturas).
- 12.7. Comprovação de que a licitante possui Estação registrada nos limites geográficos do Município de Campos dos Goytacazes, lhe permitindo, assim, prestar o serviço em questão ao município.
- 12.8. Atestado de Visita Técnica fornecido pelo servidor designado para acompanhar a visita no local onde será executado o serviço **OU** Declaração de Não Realização de Visita Técnica das empresas que se recusaram a realizar a visita.

13. DA VISITA TÉCNICA

- 13.1. As licitantes, facultativamente, poderão realizar visita técnica, a qual será agendada previamente tão logo seja publicado o "Aviso de Licitação" no Diário Oficial do Município e será realizada até 03 (três) dias antes da licitação, através do e-mail: comprasfmij2021@gmail.com e/ou do seguinte telefone: (22) 998168-9100 – Carlos Américo de Almeida Falcão – Gerente de Compras da FMIJ;
- 13.2. Através da presente visita técnica os licitantes avaliarão as condições locais atuais dos ambientes e ao final assinarão atestado de visita técnica (Anexo IV);
- 13.3. Em caso de ausência da visita técnica, o licitante deverá formalizar Declaração de Não Realização de Visita Técnica prestando ciência da total responsabilidade e conhecimento das condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visita antecipada; (Anexo V)
- 13.4. A tolerância de espera para do licitante para realização da visita será de até 15 minutos após o horário marcado;
- 13.5. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, haverá nova visita. Porém, o atestado já emitido na visita anterior não perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança técnicas ou locais da prestação dos serviços.

14. PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal do serviço prestado pela contratante, em até **30 (trinta) dias** após o recebimento, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.
- 14.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar as cópias das **CND, CRF e FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.
- 14.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

Leon Gomes Janderson Miranda
Presidente da FMIJ Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41328 Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 95
	Assinatura
Processo Nº	

14.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

15. DAS PENALIDADES

15.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Pelo atraso injustificado na prestação do serviço objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

15.1.3. Multas de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

15.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

15.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

15.1.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

15.2. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços prestados, através do departamento de Gestão de Contratos juntamente com a Assessoria de TI, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste projeto, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis;

16.2. O servidor responsável registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato;

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis
	Rubrica
Processo Nº	


Handwritten: 96, 150, 28

- 16.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;
- 16.4. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/02, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e a ampla defesa.

17. DO FORO

- 17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **Campos dos Goytacazes/RJ**.

Campos dos Goytacazes, 23 de Maio de 2023.


Leon Gomes Celestino
Presidente da FMIJ
Matr:41.328


Janderson Miranda
Gerente de Compras-FMIJ
Matr. 41.329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 97
	Rubrica

Fls. 29

Anexo I

Dos locais de instalação dos pontos de internet.

Endereços dos Conselhos Tutelares	
Conselho Tutelar I	1- END: Rua Itaperuna, nº 293 – Bairro: Parque Guarus
Conselho Tutelar II	2- END: Av. Francisco Lamego, nº 406, Bairro: Parque Vicente Dias
Conselho Tutelar III	3- END: Rua Barão de Miracema, nº 335, Bairro: Centro
Conselho Tutelar IV	4- END: Rua Barão de Miracema, nº 335, Bairro: Centro
Conselho Tutelar V	5- END: Rua São Gonçalo, nº 76, Distrito: Goitacazes

Leon Gomes
Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Avaliação	Pis
	98
Assinatura	[Assinatura]



Anexo II

Dos locais de instalação dos pontos de internet.

Endereços dos Acolhimentos Institucionais
6- END: Av. Carmem Carneiro, nº 864 – Bairro: Parque Guarus.
7- END: Rua: Flodoardo Martins Silva, nº 26 – Bairro: Parque Santo Antônio.
8- END: Rua Comendador José Francisco Sanguedo, nº 91 – Bairro: Centro
9- END- Rua Colatino Gusmão, nº 01 – Bairro: Parque Tamandaré.
10- END- Rua Tenente Coronel Cardoso, nº 560 – Bairro: Centro.
11- END- Rua; Riachuelo, nº 438 – Bairro: Centro.
12- END- Rua Projetada 1, nº 25 – Bairro: Donana.
13- END- Rua: Rodrigues Peixoto, nº 59 – Parque Tamanderé.
14- END- AV; Sete de Setembro, nº 321- Bairro: Centro

Leon Gomes
Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls
	Rubrica

99
[assinatura]

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Anexo III

Dos locais de instalação dos pontos de internet.

Sede e Equipamentos Vinculados	
15-	Central de Regulação de Vagas e Supervisão Técnica END: Rua Luiz Sobral, nº 23 - Centro
16-	Programa FortaleSer END- Rua: Pereira Nunes, nº 23 - Centro
17-	Programa crescer END- Rua: Luiz Sobral, nº 56- Bairro Parque Tamandaré
18-	Laboratório de Informática Qualifica Jovem END- AV: Rui Barbosa nº 553, Bairro- Lapa
19-	Polo Qualifica Jovem I END- Rua Adenor Alves dos Santos, Bairro- Parque Aldeia
20-	Sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude AV: Rui Barbosa nº 553, Bairro- Lapa

Janderson Miranda
Gerente de Compras- FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis
	Rubrica
Processo Nº	

300

32

ANEXO IV
TERMO DE VISITA

A Fundação Municipal da Infância e da Juventude de Campos dos Goytacazes vem por meio deste Atestado de Visita, declarar que a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ enviou as dependências das unidades de Acolhimento pertencentes a rede pública municipal da FMIJ, profissional responsável para visitar e obter ciência das condições para a prestação dos serviços e das informações que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativos à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade com o discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes,

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de _____.

De acordo:

Assinatura
Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Assinatura
Responsável Técnico da Licitante

Nome Completo:	
Documento de Identificação:	

Leon Gomes
Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328

Janderson Miranda
Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 101
	Rubrica. 960

32

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

A empresa _____ CNPJ _____, **DECLARA** para os fins do Processo Licitatório n.º _____ modalidade Pregão Presencial n.º _____ que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Janderson Miranda
Gerente de Compras - FMIJ
Matr.: 41329

Leon Gomes
Presidente da FMIJ
Matr.: 41328